



**Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo**

**ATA DA 7ª REUNIÃO DO
CONSELHO NACIONAL DE
TURISMO REALIZADA EM 02 DE
DEZEMBRO DE 2004, EM
SALVADOR-BA.**

A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às quatorze horas, no Salão Gregório de Matos do Pestana Bahia Hotel, Rua Fonte do Boi, nº 216, Bairro Verne, Salvador/BA, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia, reuniram-se os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo, conforme assinaturas constantes às folhas 10 do Livro de Presença. A reunião foi iniciada pelo **Presidente da Mesa, Sr. Walfrido dos Mares Guia** que agradeceu a presença de todos e justificou a ausência Sr. Eduardo Sanovicz - Presidente da EMBRATUR e do Sr. Márcio Favilla - Secretário Executivo do Ministério do Turismo. Destacou que após uma rápida apresentação passará a palavra aos Conselheiros pois, após dois anos de criação do Conselho e de sete reuniões, gostaria de ouvi-los para saber o que está indo bem, o que precisa melhorar, o que precisa de mais atenção, de mais recurso, de mais gente, o que tem de ser mudado. **O Sr. Presidente da Mesa** destacou três informações: a primeira é a assinatura do *Status do Destino Aprovado* (ADS) com o governo da China. Informou que na abertura da reunião do Conselho Executivo da OMT, que estava acontecendo naquela data, o Secretário Geral da OMT reconheceu a importância que o Presidente Lula conferiu ao turismo. Destacou a referência aos estudos da OMT sobre o fluxo mundial de turistas, dizendo que este ano o número de turistas internacionais no mundo deve crescer cerca de 10%, significando que em 2002 tivemos 716 milhões de turistas internacionais, e 694 milhões em 2003 - houve uma pequena queda por causa da Sars - Gripe Asiática, da questão do Iraque e dos Estados Unidos, mas em 2004 a estimativa é de 770 milhões de pessoas a mais viajando entre países. Nesse comentário, o Secretário Geral da OMT disse que a perspectiva da China hoje é de 25 milhões de chineses viajando e em oito anos, pode-se chegar a 100 milhões. A segunda notícia foi que o Presidente Lula orientou o acréscimo de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) no orçamento do Ministério do Turismo para 2005 para contrapartida dos estados no financiamento do PRODETUR NE II onde os estados teriam que tomar junto ao BNB. Portanto, a parte do estado, absorvermos integralmente para viabilizar o projeto e para acelerar o PRODETUR, dada a fragilidade financeira e econômica dos estados. Acrescentou que o orçamento do Ministério do Turismo passa de 304 milhões para 384 milhões, comparado com 228 milhões do ano passado que vigeu este ano, sem emendas. Por precaução, solicitou à Comissão Permanente de Turismo da Câmara que alocassem uma emenda um pouco maior de PRODETUR, pois caso houvesse alguma dificuldade ainda poderia ser utilizada. A terceira informação foi sobre o desempenho da economia que, segundo dados do IBGE, nos nove primeiros meses desse ano, cresceu 5,3%, fato extraordinário diante dos cenários analisados. Destacou que o Secretário Geral da OMT em uma apresentação mostrou um crescimento nas chegadas internacionais perto de 10%. Em continuidade, o **Sr. Presidente da Mesa** iniciou a apresentação do 6º Relatório do Turismo, referente ao período de Agosto a Outubro de 2004, da atuação do Mtur.

Segundo o Banco Central do Brasil são US\$ 22.557 bilhões de dólares do Brasil colocados lá fora em doze anos e por isso a nossa Balança de turismo foi extremamente deficitária, sem gerar um emprego. Comentou que o Brasil era um país pequenininho, emissor em 90, 91, 92. Em 93 ainda tínhamos US\$ 799 milhões de dólares de déficit; em 94 passamos para US\$ 1 bilhão; em 95 fomos para US\$ 2,4 bilhões; em 96 para US\$ 3,6 bilhões; em 97 foi o auge com US\$ 4,3 bilhões, o país estava crescendo e a paridade era de um para um; em 98, US\$ 4.146 bilhões. Só em 95, 96, 97 e 98, esses quatro anos, dão quase US\$ 15 bilhões de dólares de perdas. Em 99 teve a explosão do dólar. Continuou: “estávamos com uma visão emissiva e agora temos de trocar esse sinal e ter uma visão receptiva para começar a construir, não grandes saldos, o nosso objetivo não é ter dois ou três bilhões de saldo na Balança de Turismo. Se ficarmos na faixa dos US\$ 400 milhões de dólares de saldo, eu particularmente já estou satisfeito, porque acho que temos de vender e comprar, então temos de exportar o turismo do Brasil, e fazemos isso importando o turista. Temos de receber o turista internacional e temos de viajar. Mas em 2003 e 2004 já tivemos a reversão desses números, é claro que não se deve exclusivamente ao fato do Ministério do Turismo ter sido criado, isso é uma conjuntura econômica, mas com o fato de estarmos trabalhando no objetivo de atrair cada vez mais turistas de todas as formas que o mercado respeita, vendo o turismo como um negócio, com estratégias como as que temos feito - que parecem estar dando certo - podemos ter um superávit”. Informou que queria comemorar em 2004 o aumento do número de brasileiros e estrangeiros viajando. Quanto à receita cambial a partir de 1997, atingimos US\$ 1 bilhão de dólares de receita pelo Banco Central e em 1999, ficou no patamar de US\$ 1,8 bilhões. Em 2002 foi comemorado como um ano exemplar do turismo brasileiro porque chegamos, pelos dados da EMBRATUR, a cinco milhões de turistas, dos quais um milhão e trezentos eram da Argentina, a entrada de recursos pelo Banco Central foi só de US\$ 1,8 bilhões, isso mostra que houve um turismo com baixo investimento no Brasil, com US\$ 5 milhões. No ano seguinte com quatro milhões e setecentos turistas, em 2001, a receita foi praticamente a mesma. Em 2002 aconteceu um fato extraordinário, passamos para três milhões e oitocentos turistas, pelos dados da EMBRATUR, mas a receita foi para quase US\$ 2 bilhões, maior que a de 2000, com US\$ 5 milhões. Em 2003, no ano inteiro, com 2.479 bilhões de ingresso formal pelo Banco Central. Em 2004, até Outubro já passamos, é possível que aquele número chegue perto de 3.200 bilhões formais pelo Banco Central. O **Sr. Presidente da Mesa** continuou: “Estamos ao final de 2004 com quatro ou passando dos quatro. Não tem nada impossível de se atingir se trabalharmos com um objetivo. Não estou comemorando, isso é um fato e estou constatando, o que temos de fazer agora é aumentar aquilo ali cada vez mais, principalmente depois desse evento do Fórum Mundial do Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável”. Outro dado que deve ser comemorado é sobre a Balança de Exportação Brasileira onde: soja em grão, somos o segundo maior produtor e o maior exportador - 5 bilhões; segundo produto, minério de ferro, maior produtor e maior exportador, 3,9 bilhões; terceiro, farelo de soja, 2,9 bilhões; quarto, carros, 2.788 bilhões, toda a manobra das multinacionais de produzir, exportar ou vender no mercado interno, exportando com a facilidade que eles têm, está quase empatado com o turismo. Do lado do turismo temos aviões, 2.658 bilhões. E colado aos aviões, o turismo, com 2.593. Por US\$ 65 milhões de dólares estávamos na frente dos aviões. Informou que o Brasil é o 31º país em receptivo, portanto, são 30 países na nossa frente pegando esses 700 milhões de turistas que estão viajando pelo mundo. No ano passado fomos 31º porque só conseguimos trazer 4.150 milhões. Mas somos o 6º item de exportação brasileira. Pode ser que cheguemos no final do ano sendo o 5º ou o 4º. Os desembarques de passageiros em vôos nacionais até Outubro, era 17,8% e os vôos charters, os vôos regulares e totalizam quase trinta milhões de desembarques em dez meses. Destacou que acredita em 37 milhões de desembarques. Estamos crescendo 17,8% nos desembarques nacionais e isso não é possível acontecer numa economia parada. A OMT já nos ensinou que o turismo cresce no mínimo o dobro da média da economia. Sobre os desembarques internacionais informou que crescemos 14,8% em relação ao ano passado. Duplicamos o número de vôos charters de 123 para 258. Esses 258 têm de chegar a 600 mil. Informou que esteve na Feira Internacional de Turismo da Argentina e o Secretário de Santa Catarina assegurou que tem 564 vôos charters já contratados para a temporada de 15 de Dezembro à 28 de Fevereiro, só em Santa Catarina, com origem na Argentina. Diante desse cenário considerou o mercado extraordinário.

Informou que o “Projeto Sentinela” da EMBRATUR vai contabilizar a entrada de turistas estrangeiros. Destacou que o Boletim de Desempenho Econômico fundamental para o desenvolvimento do setor e que a Fundação Getúlio Vargas foi contratada no final do ano passado e já fez quatro Boletins cuja metodologia conversa com 800 empresários, em média, com representação estatística firme do setor todo, onde hotelaria é o mais abundante. Realiza conversa com seis ou sete setores: operadores, emissivo, receptivo, produtores de eventos, hotelaria, restaurantes, agências de viagem etc. estando ali a expectativa deles, que é de crescimento da demanda dos negócios no último trimestre de 2004. A hotelaria acha que vai crescer 20%, as agências de viagem, 39%; os organizadores de eventos, 73%; os operadores, 96%; turismo receptivo, 77%; restaurantes, 23%. Informou que a Sra. Maria Luisa Leal, Secretária Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, está contratando consultores, economistas renomados no Brasil para começar a fazer trabalhos de profundidade, estudando o que passou e analisando o que pode acontecer sobre a questão da economia do turismo, setor que é o maior negócio do mundo, que impacta o PIB mundial com 10% e que não podemos ficar levando susto porque um avião caiu ou porque houve uma guerra. Comentou que o setor tem um poder de recuperação extraordinário. Comentou: “acho que temos de estar com isso sedimentado para entender e até para dar aos empresários mais dados – esse é papel do governo – para que vocês possam investir com mais força, mais convicção e menos risco”. Agradeceu o apoio do Conselho e dos Conselheiros. Agradeceu ao Sr. Adenauer Góes (Presidente do FORNATUR) pelo trabalho junto ao Fórum orientando os Secretários no trabalho com as suas Bancadas no sentido de colocarem emendas consistentes com o Plano Nacional de Turismo e com os Roteiros do Brasil. Agradeceu ao Professor Mário Beni. Agradeceu a dedicação e a qualidade do trabalho de sua equipe do Ministério. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo)** cumprimentou a todos iniciando sua fala destacando a questão dos Foruns Estaduais criados em cada estado para dar uma governabilidade não meramente com as Secretarias de Estado, mas com o *trade*, as Universidades, o Sistema “S” e todos os parceiros do turismo. Informou que foi distribuído um quadro que representa como cada estado participa dos Foruns e que muitas entidades ainda não estão envolvidas. Fez um apelo para que as entidades nacionais reforcem essa participação porque não dá mais para trabalhar no turismo isoladamente. Destacou que o Ministério tem uma política de descentralização muito grande e que o Ministro já assumiu o compromisso de retomar intensamente os Foruns nos 27 estados em 2005. Informou que a Lei Geral de Turismo constitui um debate que está bastante generalizado entre os membros do Conselho, especialmente entre aqueles que estão na Câmara Temática de Legislação. Informou que participou do 6º CBRATUR cujo tema foi a Lei Geral do Turismo e que estava convocando uma reunião da Câmara Temática de Legislação para o dia 10 com o objetivo de prepararem uma sexta versão, com todas as proposições feitas pelas várias entidades e encontrar o caminho mais perto de um consenso. Destacou que o Ministro Walfrido estabeleceu que até maio de 2006 temos de estar com a Lei Geral aprovada e para tanto, em 15 de Fevereiro, na reabertura do Congresso Nacional, temos de estar protocolando a Lei para fazer o trâmite no Congresso, em caráter de urgência. Informou que houve um conjunto muito grande de disputas, e desde outubro de 2003 estão em discussão, não é pouco tempo. Determinados pontos ainda estão em processo de finalização, porque são mais delicados e difíceis, especialmente na questão flats, hotéis. Considera próximo de uma solução, inclusive a proposta do FOB, aqui representando as operadoras hoteleiras, estará na sexta versão com pequenas modificações. Tem ainda a questão das transportadoras e agências de viagem que até semana que vem já teremos acertado. Se batermos ou não o martelo no dia 10, temos até o dia 15 de Fevereiro, um prazo fatal porque temos de entrar no Congresso no primeiro dia depois do recesso. Não dá ainda para comemorar, mas a coisa está bem perto. Sobre a questão da Cofins informou que um dos grandes problemas na elaboração da portaria conjunta foi porque o setor de turismo não tem uma definição perante a Legislação brasileira. O Ministério da Fazenda perguntou e não estávamos com isso ordenado e regulamentado. A nossa proposta foi: quem estiver cadastrado no Ministério do Turismo é do setor turístico. Destacou que estavam buscando uma solução para a questão dos flats e condotéis com um Decreto já enviado pelo Ministro para a Casa Civil, que cria o cadastro provisório no Ministério

do Turismo para esses equipamentos a fim de que sejam beneficiados. Por iniciativa do MTur, BRAZTOA e ABAV estamos discutindo que, do ponto de vista de mercado, o Brasil precisa resolver dois problemas: a ampliação e diversificação da oferta (exemplificou que os restaurantes no Brasil não tem cardápio em braile, atendentes de hotéis que falem a linguagem dos sinais, leitos adaptados para deficientes físicos). Isso mostra a necessidade e importância da diversificação da oferta e adaptá-la para os diversos segmentos. Se por um lado devemos ampliar a oferta por outro, devemos gerar demanda o que se encaixa na estratégia de desenvolvimento de produtos do Programa de Regionalização citado pelo Ministro. Informou que o Salão Brasileiro de Turismo será realizado em São Paulo, de primeiro a cinco de junho, pois lá se encontra o maior mercado emissor do país. Como segundo assunto abordou sobre a oferta no Brasil que é sub-ocupada por questões de baixas temporadas e sazonalidade, com a média brasileira em torno de 50%. Assim, junto com a BRAZTOA e ABAV, realizou reunião em Gramado com o Ministro, onde foi apresentada a proposta de uma política – única e exclusiva para a baixa temporada. Estavam lá os hotéis e as empresas aéreas. Destacou que citou a BRAZTOA e ABAV porque estão fazendo uma Matriz Operacional para o assunto, não é uma operação do Ministério. Os assuntos estão andando juntos na mesma estratégia e é muito importante que o Conselho tenha conhecimento disso e que o debate continue. Agradeceu. O **Sr. Presidente da Mesa** comentou que a sua expectativa é a de que devemos trabalhar bem. As empresas aéreas abriram o jogo, colocando as cartas na mesa; o setor hoteleiro e os operadores, idem. Temos recursos no mercado nacional para fazer uma promoção relevante. Podemos inundar os hotéis, os aviões, os *rent a car*, os restaurantes, na baixa, com gente que não tem a menor condição de viajar na situação atual, mas talvez possam viajar pagando sessenta, setenta, oitenta reais por mês em doze meses para conhecer qualquer capital na baixa, porque o custo fixo já está lá todo pago. Ressaltou que o Ministério vai ter recursos para promoção no ano que vem e quanto mais focar esses recursos em programas como esse, maiores serão os resultados. A **Sra. Maria Luisa Leal (Secretária Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo)** cumprimenta a todos e inicia a sua apresentação falando sobre o Programa de Fomento e os problemas das linhas de financiamento. Informou que continuam trabalhando com os Bancos no sentido de aprimorar essas linhas e no início do ano, com base nos relatórios que os Bancos estão produzindo e que vão estar mensalmente no nosso *site* para acompanhamento de vocês, vamos fazer um balanço das linhas e um novo ajuste. Informou que o Sr. Fábio Lenza, vice-presidente da Caixa, estava lá para o lançamento do Cartão da Caixa, mais uma iniciativa do desafio feito aos Bancos de melhorar as linhas oferecidas por setor e adequá-las. Destacou que muitas coisas precisam ser resolvidas e não tem nada a ver com linha de financiamento, mas com a capacidade de acesso ao financiamento, o que é uma parte do trabalho que temos de fazer em conjunto. Informou sobre o desenvolvimento de um programa em parceria com o SEBRAE que, a título de doação, montarão Unidades Móveis com equipes do SEBRAE para facilitar ao investidor a elaborar projetos e organizar empresa. A perspectiva em discussão é que são Vans do SEBRAE, compradas em leasing, constituindo um conjunto de coisas objetivas e o mais flexível possível. A ação será iniciada com alguns pilotos para testar e ajustar. Sobre os recursos na área de infra-estrutura foram 622 projetos em 20 estados, totalizando R\$ 113 milhões. No PRODETUR, informou que já está pronto, com os recursos de contrapartida com US\$ 80 milhões de dólares a mais, em três anos, facilitando a operacionalização. Apesar do esforço e das críticas que temos colocado, estamos com todos os PEDIT's prontos, o planejamento das ações e agora com o recurso de contrapartida, certamente, a parte de financiamento dos estados vai ficar mais fácil, já que reduz o comprometimento da capacidade de pagamento. Com relação à Produção Associada do Turismo, em cada um dos nove estados do Nordeste foi desenvolvido um grande projeto de artesanato. Além disso, estão sendo desenvolvidas Oficinas de embalagem de produto artesanal. Ressaltou o convênio com a ABRASEL para articular os recursos, inclusive projetos sociais envolvendo sobras de bares e restaurantes; projetos nas áreas de cachaça, gemas, jóias, queijo e vinho, que estão em andamento. Na Produção Associada foi feita parceria com a EMBRATUR para trabalhar com as vitrines na Galeria Lafaiete em Paris, em Mont Pelier e em Ruan. Na questão de Certificação houve avanço com a cooperação espanhola incluindo com nove Arranjos Produtivos na Costa Norte e na Serra da Capivara, bem como deu início em Missões Jesuíticas um projeto pioneiro no Brasil de

APL, com metodologia de desenvolvimento do produto turístico. Informou sobre uma reunião do Comitê Técnico do Inmetro para a instalação desse comitê na área da Certificação para o Turismo de Aventura, onde o SEBRAE ficou com a coordenação do turismo sustentável, o SENAC com a certificação de pessoas e a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura com o Grupo de Trabalho de Turismo de Aventura. Quanto à ocupação, já estamos com 34 normas publicadas, com mais vinte em fase de publicação e quinze em elaboração, certamente no meio do ano que vem concluiremos o Sistema que representa um conjunto de instrumentos desenvolvidos para o estímulo da Certificação. No Turismo de Aventura temos um projeto especial, pois sabemos que estaremos fora dos Roteiros de Turismo de Aventura no mundo, até o momento que oferecermos serviços de Turismo de Aventura com garantia de qualidade e segurança para o turista. Assinamos um grande convênio com a Fundação Roberto Marinho, de treinamento de multiplicadores para incentivar e fomentar a atividade do turismo nos 26 estados e no Distrito Federal. Estão sendo treinados 810 multiplicadores e 24 mil pessoas que também são multiplicadoras para fomentar o negócio do turismo em alguns destinos que selecionamos nos 27 estados. Na Qualificação como um todo, novamente pediria o apoio de todos, pois disponibilizamos de recursos, repassados para a Fundação Banco do Brasil. Estamos com 82 projetos em dez estados, quer dizer que temos 17 estados para avançar em projetos e eles não estão chegando ao nível que gostaríamos. Todos os detalhes estão no relatório e estou à disposição para discutir e debater um pouco mais. O **Sr. Presidente da Mesa** solicitou que, antes de passar a palavra, fosse aprovada a Ata da reunião anterior. O **Sr. João Luiz dos Santos Moreira (FBC&VB)** informou que na última reunião o Sr. Presidente do Conselho fez uma manifestação de apoio ao Salão Brasileiro de Turismo e isso não está registrado na Ata. Houve uma manifestação unânime de apoio ao Salão. Solicitou que fosse feita a correção na Ata, pois a manifestação que o Secretário fez sobre o Salão há que ser referendada aqui. O **Presidente da Mesa** considerou a Ata aprovada com a ressalva que o Sr. Moreira fez sobre a aprovação prévia do Salão. O **Sr. Geraldo Bentes (Chefe de Gabinete da EMBRATUR)** cumprimentou a todos e justificou a ausência do Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da EMBRATUR, que estava na Espanha no evento Noite Brasileira. Destacou que faltam a Feira do Chile e a Feira de Golf, em Portugal para a EMBRATUR participar, completando a participação em 38 feiras. Aproveitou para fazer um registro sobre a verba descentralizada que os sete estados já atenderam. O Espírito Santo fez no Congresso da ABAV o lançamento de toda a folheteria já nesse padrão. Ficou de enviar para todos os Conselheiros uma comparação de como funcionava anteriormente com cada estado, com um tipo de folheteria que não dava identidade ao material do exterior. O **Sr. Presidente da Mesa** informou que passava a palavra aos Conselheiros e solicitou que fossem sucintos para dar a oportunidade a todos. Antes cumprimentou o Sr. Ricardo Conceição (Banco do Brasil) pela notícia do FAT em que o Banco I já tinha emprestado R\$ 179 milhões de reais daqueles R\$ 200 milhões aprovados no ano passado. O **Sr. Fábio Lenza (Caixa Econômica Federal)** cumprimentou a todos e iniciou sua fala destacando o lançamento do Cartão Turismo Caixa, um produto desenvolvido em parceria com todos. Informou que em reuniões e discussões com cada entidade que procurou a Caixa, na Câmara de Financiamento, em reuniões com a Sra. Maria Luisa Leal (MTur), com o Sr. Frederico Costa (MTur) e com a toda a equipe do Ministério, depois de muita discussão, chegaram a um produto que seria 100% financeiro e ao mesmo tempo um Plano de Férias. Destacou que a vantagem desse produto para os estabelecimentos em que o cliente paga parcelado para a Caixa, mas o estabelecimento recebe como se fosse uma venda à vista no Cartão. Há uma maior disponibilidade de recursos, pois a Caixa não tem limites para esse produto. O recurso que for necessário será alocado. A nossa expectativa é de 270 mil cartões em três anos, com uma injeção de R\$ 540 milhões de reais só nesse produto. Além disso, haverá o incentivo da demanda no turismo. Fez um chamado a todo o segmento e a todas as entidades para firmarem convênio de descontos nesse produto com a Caixa. Informou que foi firmado um convênio com os Parques, com o Sr. Alan Baldacci e todos vão dar 15% de desconto nesse Cartão. Informou que estavam discutindo com a ABIH, as Locadoras, a ABRASEL e várias entidades mostrando as vantagens no Cartão. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu ao Sr. Fábio Lenza e parabenizou a Caixa pela iniciativa. O **Sr. João Luiz dos Santos Moreira (FBC&VB)** cumprimentou a todos e informou que

tinha duas abordagens: primeiro, sobre o que estava escrito no Relatório a partir da página 26, sobre captação, promoção e participação em eventos internacionais, mais especificamente, os Escritórios Brasileiros de Turismo no exterior. Destacou que gostaria de motivar o Conselho Nacional de Turismo para se engajar nessa causa, pelo ineditismo e aspectos favoráveis que está tendo na atração e apoio à comercialização de turistas do exterior para cá e, de uma forma conjunta, pudessemos utilizar melhor esse recurso, ainda não usado pelos integrantes dessa cadeia produtiva, notadamente os integrantes do Conselho Nacional. Como conveniados da EMBRATUR e como operadores desses Escritórios, percebiam um ponto de crítica, totalmente infundado, e coisas efetivamente menores. Destacou que era importante mostrar no *site* da Federação e dos os *Conventions Bureaus*, associados e clientes da Federação, motivar as pessoas para verificar os aspectos favoráveis dessa iniciativa. Informou que estavam trabalhando junto com outras entidades a Lei Geral do Turismo, junto à Câmara de Turismo da CNC com participação no CBRATUR. Convidou os integrantes do Conselho Nacional para que juntos identifiquem os pontos de sinergia e ter uma visão amplamente favorável e única, não distorcida sobre esse caso. Outro ponto era o momento especial com o Turismo Sustentável e Infância, que começava por iniciativa do Ministério do Turismo. Parabenizou o Sr. Ministro e a sua equipe e informou que contavam com o apoio da ABEOC, ABRASEL, ABLA, ABRASEFF, BRAZTOA para estruturação de projeto de capacitação de multiplicadores. Qualquer evento que se realize em Centros de Convenções, destaque na sua abertura uma mensagem do Turismo Sustentável e Infância. Solicitou o apoio do Conselho para o assunto. Sugeriu considerar 2005 como o ano do Turismo Sustentável e Infância. Agradeceu. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e parabenizou o Conselheiro pela lembrança. Sobre os assuntos comentou sobre a crítica à existência de um Escritório Brasileiro de Turista, para trazê-los ao Brasil, quando tratamos de um negócio e não de um passeio. Não é festa, é negócio. Considerou as críticas sem conteúdo, simplórias, que realmente não tomou conhecimento. Comentou que ficou satisfeito quando o Sr. João Luiz dos Santos Moreira (FBC&VB) explicou, que até uma contratação de uma empresa, tipo Head Hunter, fizeram para selecionar os currículos. Informou ainda que todos os Escritórios da EMBRATUR vão ter metas que vão ser trazidas para o Conselho, vão estar na Internet. Comentou que o Escritório da Inglaterra estava lá há quatro anos e que 18% dos franceses e 60% dos ingleses viajam para o exterior, então dos 60 milhões de habitantes da Inglaterra, quase 40 milhões viajam, todo ano, para fora; dos 60 milhões da França nem doze milhões viajam para o exterior, pois a França manda para o Brasil todo ano o dobro do número de turistas ingleses. Considerou modesto e humilde o pedido de apoio ao Conselho, do Sr. João Luiz dos Santos Moreira, para uma coisa que a priori o Conselho tinha de aplaudir, porque isso é uma maneira profissional de enfrentar o mercado, porque os outros estão fazendo assim, nós não inventamos isso. Parabenizou a forma com a qual a Federação está conduzindo o assunto. Considerou profissional e competente e disse que tem todo o seu apoio. Sobre o Turismo Sustentável e Infância informou que foi lançado no dia anterior, na presença do Presidente uma campanha contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Ressaltou que faremos uma luta sem trégua. No turismo, não somos policiais, mas temos ação de mobilizar, de movimentar, de conscientizar, de enfatizar, de pedir a todo o *trade* que seja implacável. Qualquer empresário desse país ou qualquer pessoa que der guarida à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, vamos cair em cima com garras e vamos dar publicidade. Estamos mandando turistas para fora, de volta, algemados. Filmamos e vamos passar o filme no país deles para mostrar que eles é que vêm poluir aqui. É uma campanha para valer. O turismo no Brasil vai crescer muito e não podemos dar trela à essa exploração. É muito importante que cada um dos senhores e senhoras que representam os setores façam isso com energia total. Então, aceito a sua sugestão. Coloco em votação aqui no Conselho se podemos considerar o ano de 2005 como o Ano do Turismo Sustentável e Infância”. O Sr. **Norton Luiz Lenhart (FNHRBS)** apoiou o Ministro e informou que participou naquele dia de uma das Mesas que está tratando do tema e amanhã estaremos participando, apresentando um projeto da área de hotéis e restaurantes para engajar nesse trabalho corajoso. Parabenizou o MTur e comentou que o primeiro passo para solucionar esse problema é reconhecermos que ele existe. Informou ainda que a Federação colaborou na montagem dessa campanha e evidentemente, tanto na área de gastronomia como de hotelaria,

estará engajado, com um projeto elaborado de boas práticas dentro das empresas. Informou que a Federação irá criar uma Comissão com a ABIH, ABRASEL e FOHB para fazer esse projeto. Solicitou o apoio do MTur e do Ministério da Justiça. A Sra. **Myriam Bréa Honorato de Souza (Ministério da Justiça)** manifestou-se contente porque a questão da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Fórum Mundial do Turismo, está em um Seminário de uma grande relevância. Comentou que na manhã daquele dia participou de um painel coordenado pelo Sr. Norton Lenhart e ficou impressionada com as experiências internacionais em especial da República Dominicana. Colocou o Ministério da Justiça à disposição como parceiro incondicional nessa caminhada. Agradeceu. O **Sr. Presidente da Mesa** falou que a primeira reunião do Presidente Lula com os Ministros, depois de eleito e ter tomado posse, foi no dia 9 de Janeiro do ano passado, antes de fazerem uma viagem para alguns locais que ele queria mostrar. Viram a miséria na sua máxima expressão. A primeira coisa que ele falou conosco na reunião foi que nos organizássemos para fazer um combate sem trégua contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Nós todos estávamos chegando e o Ministro Márcio Tomás Bastos, da Justiça, que é uma pessoa brilhante e um brasileiro iminente, organizou algumas reuniões às quais compareci e que estavam o Ministro Nilmário Miranda, dos Direitos Humanos, o Ministro Jaques Wagner era o então Ministro do Trabalho, eu como Ministro do Turismo, a equipe da Secretaria de Justiça, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, várias ONGs, a UNICEF e muita gente querendo contribuir para isso e de lá para cá estamos trabalhando. Informou que a Polícia Federal está fazendo um trabalho de inteligência de buscar os bandidos que articulam os tais *books*, com fotografia de menores para mandar para os operadores para trazerem os turistas, alguns vôos recentemente foram até cancelados, *charters* que vinham para cá deixaram de vir, porque sabiam que vamos fiscalizar. Considerou que além da Polícia Federal e a Polícia Rodoviária a sociedade deve participar e denunciar através do disque denúncia. Informou que fez uma viagem à França e em reunião com o Ministro León Bertrand recebeu um documento da política francesa de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Destacou que a Campanha do MTur entrou ontem em nível nacional e que valeria muito mais a pena fazer um investimento nacional nessa campanha do que um investimento para captar mais turistas, pois vamos ter um ganho muito maior no seu resultado. Vamos mostrar que aqui é um país onde o desenvolvimento sustentável vai ser levado a sério. Queremos crescer, gerar emprego, distribuir renda, atrair divisa, vamos preservar a biodiversidade, gratificar, manter e elogiar a nossa diversidade cultural, vamos proteger as nossas crianças que são o maior dom que o país tem. A campanha contempla isso e ela vai se desdobrar em muitas outras coisas, com cada área do Governo no seu setor. Agradeceu o Ministério da Justiça porque tudo começou lá. Informou que no primeiro dia que tomou conhecimento da gravidade e magnitude do problema, colocou o Sr. Sidney Alves Costa, seu Chefe de Gabinete, para cuidar do assunto no Ministério. Agradeceu o apoio de todos e disse que ao invés de investirmos R\$ 200 mil reais por mês para fazer um folhinho para entregar ao turista que chega para o carnaval, vamos nos entregar de corpo e alma - o Ministério do Turismo e todos os seus apoiadores - nesta campanha de conscientização, de mobilização, de chocar, todos alertas para combater. A Sra. **Jurema Dantas (Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria)** informou que há três anos em Natal/RN começou um trabalho para formatar um código de conduta no turismo contra a exploração sexual infantil e juvenil e mostrou-se satisfeita em ver todo o *trade* turístico nacional engajado nessa campanha. O **Sr. Noslin de Paula Almeida (ABBTUR)** perguntou sobre a questão do concurso público no Ministério do Turismo. O **Sr. Presidente da Mesa** informou que vai tratar o assunto na hora certa porque há uma notícia sobre isso. O **Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** cumprimentou a todos e informou que a ABIH apóia integralmente a campanha contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes porque a hotelaria realmente é uma das mais prejudicadas, ela é vista como um dos vilões. Temos uma dificuldade muito grande e precisamos ter um trabalho de conscientização porque muitas vezes o dono do hotel não é o culpado direto, muitas vezes ele nem sabe. A ABIH abraça a causa e gostaria de achar formas para fazer uma grande campanha de conscientização dos funcionários de hotéis e, em parceria com o SEBRAE, montou um Curso de Gestão dentro do Projeto Competitividade, Pequenos Meios de Hospedagem. Tratava de um curso à distância, por meio de um portal, de gestão de pequenos meios de hospedagem que tinha como meta o

treinamento de 7.500 gestores de pequenos hotéis e pousadas. No momento existem em torno de 3.000 gestores fazendo o curso. Disse saber do interesse do Ministério na área de capacitação e que procurou a Sra. Maria Luisa Leal para fazerem uma parceria porque ainda existiam 14 mil *Kits* prontos. Disse que naquela data para o associado da ABIH cada curso tem um custo de R\$ 10,00 (dez reais) e para o não associado R\$ 50,00 (cinquenta reais). Solicitou o apoio do MTur na divulgação do curso para que conseguir atingir os 17.500 gestores. Parabenizou a Caixa pela iniciativa do Cartão Turismo. Parabenizou o MTur pelo trabalho realizado no exterior e convidou a todos para, no final da reunião, participar da nova posse da diretoria da BIH Nacional. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e parabenizou a ABIH sugerindo que procurasse a Sra. Maria Luisa para acrescentarem a questão do combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no kit de treinamento. O **Sr. Mário Beni (Indicação do Presidente da República)** iniciou sua fala registrando que o turismo no Brasil reforçou nesses dois anos, pela ação do Ministério de Turismo, uma visão sistêmica e de pensamento estratégico e isso fica bem claro para a academia. O Ministério está correto no desenvolvimento das estratégias de planejamento, está utilizando uma tecnologia avançada e ontem tiveram a prova disso. Comentou com o Sr. Ministro quando foram apresentadas as conclusões de Barcelona, que todas aquelas conclusões estavam rigorosamente incluídas num Plano Nacional de Regionalização de Turismo. Portanto, achava que o Ministério tem tido consideração em todas as frentes estratégicas de mercado. Falou que a ação do Ministério, trabalhando em todas as variáveis que entram na escala de produção do setor para traçar cenários futuros, já estão se configurando e se desenhando como bastante promissores. Considera que o MTur está desenvolvendo uma ação interativa e participativa, representando um esforço ponderável na construção de um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável, possibilitando superar paulatinamente. Isto é extremamente importante e deve ser destacado: a reprodução da pobreza, da exclusão social provocadas pelo aumento das desigualdades, da internacionalização da economia, da incontrolada competitividade e do esgotamento das verbas públicas. Em referência ao Plano de Regionalização, falou que na sua essência ele busca um sistema microrregional competitivo e que se relaciona e interage de forma absolutamente articulada e aberta. Observou que há uma nova lógica onde as empresas precisam, cada vez mais, serem desverticalizadas e a região deve ser verticalizada. Ou seja, esta sinergia é ajudada por mecanismos de integração, que em teoria se chamam mecanismos de primeiro grau, que se configuram como Consórcios de Municípios, empresas, cadeias e fornecedores, enfim, o *trade* e as formas de cooperação entre a iniciativa privada e o poder público. Daí chegando àquilo que chamamos de mecanismos de integração de segundo grau, que são as associações empresariais, pró-ativas, cooperativas de crédito ou instituições de garantia de crédito, para chegar finalmente num estágio, que podemos dizer que é o terceiro grau, formado por todos os atores sociais e agentes institucionais interessados no desenvolvimento do turismo e da região, incluindo as instituições do terceiro setor, os Bancos, as Agências de Desenvolvimento e as Universidades. E aí podemos até imaginar um “Observatório” de desenvolvimento regional e nessa integração é possível pensá-lo mediado por um Centro de Excelência multidisciplinar porque o turismo é um fenômeno multiinterdisciplinar que precisa deste monitoramento permanente, o que inexoravelmente nos remete à Universidade. Para concluir esses três cenários, na ponta do Programa de Regionalização, querem nos parece que está se revelando ainda muito indeciso e lento nas parcerias necessárias, portanto, não acompanhando o ritmo do Ministério. E aí entra um papel decisivo o apoio do Fórum Nacional dos Secretários para instrumentalizar este cenário como catalisador e mediador em nível local. Comentou que o Presidente da Mesa ao início da sessão pediu que os Conselheiros opinassem para o cenário desses dois anos de atuação do Ministério e não tenho nenhuma dúvida de que tanto a Secretaria do Sr. Milton Zuannazi como da Sra. Maria Luisa Leal e a EMBRATUR têm desenvolvido um trabalho extraordinário, mas a ponta o preocupa e precisa agora ser pensada com uma estratégia de ação, onde o Fórum é um instrumento decisivo de um lado e as Universidades do outro. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu ao Conselheiro Mário Beni e solicitou que escrevesse sua fala e entregasse para o Sr. Milton Zuanazzi. Solicitou ainda permissão para que pudesse publicar sua exposição porque ela toca no ponto fulcral do Macro Programa nº 4, a Estruturação e a Diversificação da Oferta Turística brasileira, que é uma coisa a qual o Sr. Milton

Zuanazzi se dedica incansavelmente. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo)** considerou o assunto colocado pelo Conselheiro Mário Beni como fundamental para alcançar o objetivo desejado: aumentar a oferta e desenvolver o que já existe para termos o produto da maneira mais eficaz. Agradeceu a contribuição. **O Sr. Adenauer Góes (Presidente do FORNATUR)** cumprimentou a todos e destacou que estavam presentes na reunião, como convidados, vários Secretários de Estado. Informou que no dia anterior foi realizada a 23ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo com vinte e quatro Estados presentes, onde puderam consolidar estratégias. Entregou ao Presidente da Mesa um documento que com uma situação de consenso do Fórum, encaminhando aquilo que o Fórum apresenta para o Ministério do Turismo em relação às ações articuladas para 2005. Ações essas que concordam com o que o Conselheiro Mário expôs e que é do perfeito entendimento do Fórum Nacional de Secretários: a preocupação no sentido de que possam instrumentalizar por meio dos vários níveis o desenvolvimento do produto turístico na ponta. **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS)** voltou a frisar que a questão da Cofins é importante pois estavam chegando ao fim do ano fiscal e certamente as empresas precisariam já ter uma definição quanto a tributação para poder fazer as declarações. Saudou a Caixa pelo Cartão Turismo e comentou que era uma reivindicação antiga do setor empresarial e esse projeto vem de encontro do projeto Via Brasil. Agradeceu ao SENAC e SEBRAE, que não têm medido esforços para colaborar com o setor. Cumprimentou, agradeceu e elogiou o Sr. Luiz Carlos Nunes por sua gestão na ABIH (Palmas). Agradeceu. **O Sr. Juarez Augusto de Carvalho Filho (ABEOC)** cumprimentou a todos. Informou que a ABEOC idealizou e estava realizando junto com a Embratur e a Federação de Conventions Bureau, o primeiro Seminário de Capacitação na captação de congressos internacionais. Tratava-se de um evento somente para profissionais já qualificados na área que se aprofundarão no sentido de captar congressos internacionais. Comentou que muitas cidades do Brasil achavam que não eram capazes de trazer congressos internacionais para suas cidades e para combater esse pensamento estavam trazendo o Diretor Executivo Conventions Bureau de Gotemburgo/Suécia um dos líderes na Europa na realização de eventos internacionais, para mostrar que na verdade, com um trabalho bem feito e profissional, é possível trazer congressos para toda cidade que tenha qualificação, porque as pessoas ficam iludidas achando que um grande congresso internacional tão somente é um congresso de duas mil, quatorze mil, cinco mil pessoas. Não. Congressos de cem pessoas, duzentas pessoas, são importantes para determinados tamanhos de cidades e certamente somarão naqueles números que precisamos para chegarmos ao nosso objetivo daqui a dois anos. Informou que o MTur estava apoiando como co-patrocinador da realização do evento. Agradeceu. **O Sr. Presidente da Mesa** considerou providencial a lembrança pois o Sr. Milton Zuanazzi chamou atenção para esse ponto: “em vez de distribuímos esse recurso de maneira genérica por que não pegamos essas oportunidades de cinco ou seis Centros de Convenções que já estavam no orçamento e alocamos esses recursos? E foi o que fizemos. O Presidente acabou de inaugurar agora o de Petrolina. O de Palmas está quase pronto. O de Belo Horizonte está pronto. O de Campo Grande vai ficar pronto. O de Foz do Iguaçu está pronto, será inaugurado agora, com ar condicionado e tudo e o de Caxias. Todas essas cidades que mencionei, com exceção de Belo Horizonte, que é uma Capital, são cidades que tendo equipamentos como esses, poderemos multiplicar e poderão ter congressos, eventos, festivais, encontros, o ano inteiro. Isso dá uma capilaridade para empregar e criar oportunidades de novos negócios extraordinários. Foi muito bem lembrado estimular o pessoal a ver que qualquer cidade que tenha um aparato adequado pode ser palco de um evento, de um congresso ou de uma comemoração. **O Sr. Juarez Augusto de Carvalho Filho (ABEOC)** informou que o seminário estava programado para acontecer a cada dois anos em um enfoque internacional e a cada dois anos em um enfoque nacional para que haja um fortalecimento do turismo interno. Nos anos pares será realizado o de capacitação para congressos internacionais e nos anos ímpares para os congressos nacionais. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** cumprimentou a todos e iniciou sua fala dizendo que nos dois anos de sua gestão não apenas da existência do Ministério do Turismo em si, mas pela eficiência do Ministro e de toda a sua equipe no trato de tantas causas do turismo que estão sendo abordadas de maneira prática e objetiva. Parabenizou o MTur e o Instituto de Hospitalidade na pessoa do Sr. Sérgio Foguel pela

brilhante execução do Fórum Mundial do Turismo pela Paz e todos os bons resultados que estão ocorrendo. Disse que faria algumas observações. Primeiro no Boletim de Desempenho Econômico do Turismo sugeriu que os Parques Temáticos, pelo menos os maiores do Brasil, fossem incluídos, uma vez que sozinhos representam mais de dez mil empregos e mais de seis milhões de visitantes por ano. É um indicador positivo para ser adicionado neste Boletim de Desempenho. Em segundo lugar informou que não teve a oportunidade de estar presente em Gramado porque estava participando da convenção mundial de parques e no aspecto de sazonalidade ofereceu a experiência dos Parques Temáticos. Continuou e falou que para se ter uma idéia o Hopi Hari que em Agosto tinha o seu menor mês, desenvolveu uma estratégia de eventos especiais e transformou o mês de Agosto e de Setembro, que eram os piores meses, nos melhores meses de visitação. Chega a ter quinhentos mil visitantes mensais no mês que era o pior deles em toda a temporada. Queremos aproveitar essa nossa experiência e participar do grupo para ajudar no Programa de Sazonalidade. Como coordenador da Câmara de Financiamento informou que os membros têm se reunido, formaram um Comitê Executivo e algumas boas ações fundamentais foram conseguidas. Uma das coisas excepcionais foi estreitar relações entre os Bancos oficiais e as entidades do setor. A ABLA já deu importantes passos positivos com a Caixa Econômica Federal. Informou que tiveram uma reunião na semana anterior e o Comitê Executivo apresentou um relatório de necessidades das entidades para financiamento. Esse relatório foi apresentado em julho. Semana passada foi pedido às entidades que façam uma fundamentação do porquê daquelas linhas que estavam pedindo: prazos de carência, de financiamento, taxas de juros, etc. Em relação ao BNDES observou que no dia anterior recebeu uma notícia que gostaria de informar ao Conselho, que a Câmara através do Grupo Executivo tem tentado um diálogo muito grande entre os Bancos e os empresários no sentido de quebrar paradigmas porque se fosse para continuar do jeito que está não precisariam reunir. As regras estão aí colocadas só que nem sempre se adaptam às necessidades, muitas vezes, por conta de erros do empresário, e outras por conta de que a linha não se adapta ao mercado. Informou que estavam tentando diminuir esse abismo, o que tem sido difícil com todas as razões que os Bancos têm, principalmente com o BNDES. Informou que no *site* do BNDES estava a notícia: “financiamento de salas de cinema” que previa condições especiais. O BNDES em articulação com a Secretaria do Audio Visual do Ministério da Cultura, desenvolveu um conjunto de condições diferenciadas para financiar a expansão das salas de cinema pelo país. Para tanto, foram feitas alterações nas políticas operacionais entre as quais se destacam os setores prioritários. O segmento de exibição de filmes foi incluído entre os setores prioritários para apoio com recursos do BNDES com taxa de juros em operações diretas, podendo avaliar do mínimo de 1% ao máximo de 4% ao ano acrescido da TJLT conforme o porte e a localização da empresa financiada e os prazos de carência dos financiamentos podem ser estendidos até doze meses após a implantação do projeto. É o que nós do turismo temos procurado. Nível de participação, que era outro paradigma que não estamos conseguindo negociar. Informou que os exibidores de cinema podem solicitar financiamentos a partir de um milhão de reais diretamente ao BNDES quando a regra geral é de que somente os projetos que demandem em financiamento acima de dez milhões podem ser solicitados dessa maneira, a aquisição. Outra coisa que afeta muito a área dos Parques Temáticos, por exemplo, aquisição de equipamento sem similar com intuito de viabilizar a ampliação, modernização, reforma e atualização do parque exibidor nacional. O BNDES poderá, em caráter excepcional, financiar a aquisição de equipamentos importados - que quebra de paradigmas - quando não houver produtos similares brasileiros. E reprisou no próprio texto: tradicionalmente o Banco não financia a importação de equipamentos. Poderá também ser financiada a reforma e a modernização de equipamentos em uso. O BNDES entende que a cultura é componente fundamental no processo do desenvolvimento econômico e social. O setor de exibição é um elo fundamental na cadeia produtiva do cinema e o seu fortalecimento trará reflexos positivos para todos os demais. As alterações introduzidas nas condições de financiamento, esse é o objetivo e a justificativa que está no texto, visam contribuir para reverter o processo de declínio que o setor exibidor de cinema sofreu nas últimas décadas. Fonte: bndsgoverno.gov.br. Informou que não queria entrar nesse mérito. Se o BNDES julgou isso viável o setor deve merecer. Destacou que não via na Câmara de Financiamento, desejava ouvir alguns Conselheiros, que o turismo seja menos

importante que as salas de cinema. Apenas por um detalhe: o emprego em salas de cinema é o menor índice de geração de emprego por investimento que qualquer outra maneira de entretenimento. O cinema, a despeito do que está dito aqui, tem experimentado um crescimento expressivo nos últimos três anos. Temos vários artigos publicados com essas constatações. Informou em nome da Câmara de Financiamento que é algo que os deixa preocupados e que tem lutado para quebrar os paradigmas para que possam ter uma atividade responsável e possam pagar os financiamentos e assim promover o desenvolvimento. Registrou os pedidos: que seja enviado aos Conselheiros a fundamentação usada pelos cinemas ao BNDES, que provocaram as decisões de alteração na política. Quem sabe isso nos ajude para que fundamentemos as nossas. Até agora não conseguimos ser convincentes. Que o Ministério do Turismo consiga dar ao turismo no BNDES a mesma prioridade dos cinemas. E também nas condições do relatório que a Câmara Temática de Financiamento e Investimento preparou em Julho deste ano. Solicitou ao Presidente da Mesa que fossem ouvidos outros Conselheiros sobre essa necessidade para saberem se estão no caminho certo. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e informou que estava encaminhado o assunto para pedir os esclarecimentos e a análise ao BNDES do que está sendo proposto pela Câmara. Disse que foi informado pela Sra. Maria Luísa de que essa decisão do BNDES foi conclusiva no sentido de que as salas de cinema são parte ou o todo de um bom negócio. Não tem nada a ver com cultura. Independente do que está escrito aí. Continuou: “Para mim esse é um argumento extraordinário. Entrarei lá mostrando que um lugar que você faz um prédio e dá três empregos começa com essas condições e um lugar que você faz com o mesmo recurso e dá trezentos empregos. Como faz?” (Palmas). Disse que não critica a ação porque temos de apoiar muita coisa no Brasil, mas que devemos lutar pelo nosso pedaço. Confessou que ficou contrariado com a forma dada pela anterior Direção do Banco, não os Superintendentes, os técnicos que estão lá, mas as pessoas que conduziram a política. Informou que falou com eles pessoalmente e portanto, não estava sendo desleal em falar aqui. Falou com o Presidente da República que para conseguirmos um milhão e duzentos mil empregos devemos ter vinte bilhões de investimentos. Metade desse dinheiro tem de vir dos Bancos e uma grande parte do BNDES. Até agora não chegamos nem a um bilhão com metade do Governo. A própria mudança de alguns setores que está acontecendo no Governo é porque eles não estavam convergindo para resultado, independente das pessoas serem excepcionais. O Presidente é movido a resultados. Agora temos uma oportunidade e usarei esse seu negócio para mostrar imediatamente ao Ministro Guido e pedir para multiplicar o lado do turismo baseado na empregabilidade que gera em função dessas mesmas condições. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** disse que se tiverem essas mesmas condições pode ter certeza de que a resposta virá à galope. O **Sr. Presidente da Mesa** solicitou ao Conselheiro Castello Branco (BNDES) que fosse “um soldado das nossas reivindicações”. O **Sr. Paulo Gilberto Reginato (FENAGTUR)** cumprimentou a todos. Disse que estava entusiasmado por estar ali representando sua classe. Falou que a relação com os membros do Conselho estava proporcionando a si e à classe de Guias de Turismo uma maior integração e dimensionando um pouco mais a sua função. Disse considerava o trabalho do MTur extremamente importante para o Turismo Sustentável e Infância e que a partir daquele momento estava colocando todos os guias à disposição, sugerindo que fosse pensada uma maneira para o momento da chegada do turista, ser entregue algum material elucidativo. Solicitou que fosse verificada a possibilidade do Conselho de facilitar as entidades, que não tão fortes, de participarem das reuniões porque os recursos são poucos. Para isso solicitou que fosse negociado junto às Companhias Aéreas um desconto em passagens aéreas, específico para as reuniões do Conselho. Informou que no dia 10 de Maio de 2005 será realizado o 25º Congresso Nacional de Guia de Turismo e convidou a todos considerando que se fizerem um congresso onde cada entidade mandarem um representante seremos mais fortes. Entregou ao Ministro um convite. Agradeceu. O **Sr. Presidente da Mesa** disse que foi informado pela Sra. Maria Luisa Leal que houve entendimento entre o MTur e o INMETRO na questão da Certificação. O **Sr. José Zuquim (BRAZTOA)** cumprimentou a todos e iniciou sua fala dizendo que são verdadeiros os números onde aparece que os operadores estão crescendo em noventa por cento e dando mais de quarenta e quatro por cento de empregos. São números expressivos e demonstram esse crescimento. Solicitou que todos tivessem uma ação um pouco mais focada na questão da segurança do Rio de Janeiro, pois isso

estava está comprometendo muito a entrada de turistas. Solicitou que o Conselho fosse favorável e apoiasse o Rio de Janeiro porque está sendo cruel a perseguição. Deixou registrado que a sugestão partiu de um paulista. Sobre os Fóruns Estaduais disse saber que são fundamentais e entendeu a observação do Prof. Mário, mas considerou muito difícil para as entidades nacionais já que não são tão capilarizadas assim para atuarem nos mesmos. Solicitou, não colocando em discussão, que quando a verba descentralizada, principalmente na área de marketing, for colocada aos Estados que tenha algumas regras de conduta bem mais explícitas e determinadas para que esse dinheiro seja usado de uma maneira regrada, articulada, onde existisse mais transparência em relação à sua distribuição para iniciativa privadas e objetivas do marketing e da promoção do Estado via empresas privadas. As regras tinham de ser mais transparentes e claras. Em relação à Lei Geral do Turismo disse que não foi abordada a questão da responsabilidade social. Falou que devemos lutar utilizando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para começar a rediscutir a questão da responsabilidade civil. Informou que entregaria ao Sr. Presidente da Mesa uma solicitação relacionada às Companhias Aéreas brasileiras, principalmente em relação ao caso da Varig. Informou que uma leitura está distante da realidade do mercado. Os operadores e agentes de viagem que em última instância representam de oitenta e cinco a noventa e seis por cento da distribuição desses bilhetes nunca foram ouvidos nessa questão. Não acreditava que uma solução que envolverá diretamente o mercado e os pares que distribuem esses bilhetes e que fazem com que os resultados cheguem a quarenta milhões, desses, trinta e poucos milhões somos nós que vendemos esses bilhetes e estamos passando por uma situação crítica, e sem a participação e possibilidade de opinar nesse procedimento. Igualmente ao que ocorreu no Brasil no passado onde se retiraram estruturas de companhias em Congonhas e mandaram, por exemplo, a Varig duplicar suas estruturas para receber os vôos internacionais, no momento em que uma companhia aérea regional recebe os melhores horários, os melhores locais em um Aeroporto nobre enquanto outros estão deficitários. Em todo lugar do mundo os Aeroportos distantes é que são utilizados para essas empresas. Há uma série de valores importantes agregados de falta de conhecimento, de justiça nesse procedimento e talvez, sempre brincamos que o pessoal da trincheira, que está disputando o mercado em termos de formar e tentar colaborar com a decisão que será provavelmente em nível governamental. Diante disso entregou ao Sr. Presidente da Mesa em nome da base nacional, do Sr. Tarso; do Sr. Michel Tuma, da Federação Nacional do Turismo; em seu nome, José Zuquim, da Associação Brasileira de Operadores de Turismo; em nome do Sr. Goaci Alves Guimarães, do Fórum de Agências de Viagens Especializadas em Contas Comerciais; do Juarez Cintra, da Associação Brasileira de Viagens de São Paulo; do Eduardo Nascimento, do Sindicato das Empresas de Turismo de São Paulo e do Roberto Dutra, Presidente da Netur, um documento que solicitou que fosse entregue ao Exmo. Sr. José Alencar, Ministro da Defesa. Falou que acreditava que o Presidente da Mesa era o melhor interlocutor do mercado, na condição de Presidente das entidades representativas das agências de viagens, distribuidoras de oitenta e cinco por cento do serviço de transporte aéreo no país. Lamentou não ter tido até o momento a oportunidade de se manifestar junto ao MTur sobre alternativas para a Varig. Solicitou audiência para manifestar-se sobre o assunto com a urgência possível que o momento requer. Antecipou sua posição em prol da preservação do mercado de transporte aéreo no país em regime de livre concorrência sobre o mais eficiente acompanhamento por parte do poder concedente que garanta nos termos constitucionais a normal e regular continuidade desse tão relevante serviço público. Agradeceu. **O Sr. Presidente da Mesa** informou que com muito prazer fará a entrega pessoalmente ao Vice-Presidente, Ministro da Defesa, José Alencar, que além de ser uma pessoa altamente qualificada para poder conduzir uma situação dessa é uma pessoa com muita sensibilidade. Parabenizou o Conselheiro Zuquim pela lembrança da questão do Rio de Janeiro. Considerou que o apoio e solidariedade da classe vem em boa hora, pois o problema da segurança estava instalado e deveria ser enfrentado. Comentou que o Rio de Janeiro não é de maneira alguma o lugar mais inseguro do mundo, mas é o que tem aparecido com mais ênfase. Informou que o MTur estava trabalhando em muitas dessas áreas para organizar um esforço do Rio de Janeiro junto com a Governadora, com o Governo Federal, com a área de turismo, com a sociedade e com a própria mídia. **O Sr. Rafael Gaspari (FOHB)** cumprimentou a todos. Aproveitou a palavra do Secretário Milton Zuanazzi quando se referiu a

proposta de consenso na parte pronta da Lei Geral do Turismo para informar que o FOHB contratou um estudo na Trevisan, de posicionamento do modelo e diferença de tributação que conclui várias coisas. Citou três: primeiro, existem mais de quarenta e quatro mil quartos formatados como Apart Hotéis, quando hotéis, representando trezentos e cinquenta meios de hospedagem, quarenta e quatro por cento da oferta das redes hoteleiras. Considerou um número importante e concentrado em grandes cidades. A segunda conclusão foi que se há desigualdade na questão tributária ela pende para o lado dos hotéis tradicionais, visto que os impostos se compensam. E finalmente ele aponta se caso a lei não seja aprovada de acordo com a solicitação do FOHB uma de duas situações acontecerá: primeiro, haverá um desajuste na oferta de apartamentos hoteleiros, um grande prejuízo para o turismo, para o emprego e para os investidores. O segundo cenário que pode se apresentar é de uma grande batalha jurídica por direitos adquiridos. Cumprimentou o Ministério pela ponderação com que vem conduzindo o assunto. Informou que Fórum está à disposição para participar como sempre desse problema muito importante para o turismo brasileiro. Agradeceu. O **Sr. Ricardo Alves da Conceição (Banco do Brasil)** cumprimentou a todos. Disse que eram visíveis as transformações que vêm se processando no setor do turismo, o movimento, a relevância do setor. Considerou que a transformação tem muito a ver com a orientação segura e firme da sua equipe do MTur. Disse que os números apresentados pelo Presidente da Mesa mostram claramente como as coisas caminham positivamente. Também tem muito a ver com o encaminhamento que tem sido dado às questões no âmbito deste Conselho. Citou como exemplo o Banco do Brasil, onde em uma das primeiras reuniões aconteceram várias referências, algumas críticas construtivas e apelos. O Presidente da Mesa estimulou o Banco para que avançasse mais na direção de darmos apoio ao segmento. Disse ser com muita satisfação que mostrava que apenas este ano o Banco já aplicou setecentos e treze milhões de reais, atendendo cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta empresas. Se somarmos esse valor a mais quarenta e sete milhões de reais de atendimento por meio do BB Crédito Turismo às pessoas físicas estamos com setecentos e sessenta milhões de reais aplicados. Com as diversas linhas de crédito, capital de giro, investimentos, Fundo Constitucional do Centro-Oeste, ou seja, todas as linhas que o Banco dispõe e que são destinadas ao segmento. Um dado interessante é que o BB fez um levantamento quanto aos limites de crédito das empresas que compõem o segmento e viram que existem dois bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões de limites aprovados. De maneira que temos uma margem, tirando essa parte que já está aplicada, de quase um bilhão e meio de limites de créditos já disponíveis nessas empresas. Ou seja, espaço que existe para continuarmos apoiando a diversas empresas. Informou ainda que também receberam solicitação no sentido de que estimulassem a atuação dessas empresas, a vinda dessas empresas para a assistência. A partir de Setembro mobilizamos o encaminhamento de malas diretas a quinze mil, novecentos e cinquenta e sete clientes, que receberam a orientação de como buscar a assistência do Banco. No último dia quatro de Novembro, o Ministério do Trabalho autorizou, como já é conhecida, a inclusão de bares, restaurantes, lanchonetes, entre o grupo alvo da linha de ACL do projeto turismo. Portanto, a partir do dia 10 de Dezembro estamos encaminhando a quinze mil clientes do Banco malas diretas dando uma orientação e solicitando que procurem o Banco do Brasil para atendê-las. Temos os nossos Arranjos Produtivos Locais - APL's em algumas regiões já identificadas como Porto Seguro, Alto Paraíso, Pirenópolis, zona sul do Rio de Janeiro, Diamantina, Frotas. São APLs em que estamos trabalhando para tentar desenvolver aquelas regiões além de tantos outros que estão em andamento. Isso tudo fizemos a partir de discussões no âmbito do Conselho, de orientação recebida do MTur. A **Sra. Genilda Cordeiro Barone (ABCMI Nacional)** cumprimentou a todos. Disse sentia que o Programa da Melhor Idade está decaindo no Ministério e não sabia qual o motivo. Falou que no tempo da Embratur tinham um Convênio, com passagem para ir e vir para onde quisessem. A Embratur bancava o nosso deslocamento fazendo valer com que o turismo funcionasse. Iam para os eventos e a Embratur fazia a reciclagem, sendo quatro por ano, às expensas do Governo. Nunca gastamos um centavo para aprender o que a Embratur nos ensinou. Falou que estava no Programa da Melhor Idade desde 1989. Mas tudo depende do Ministério e do empresariado que tem a oferta e nós a demanda. E o que temos de fazer? Nos juntar, nos unir. A Caixa Econômica pode ter certeza de que já está vendendo cinquenta mil cartões garantidos porque o Clube da Maior Idade apoiará

esse programa e participará. Sabemos também que quem mais viaja são as mulheres e oitenta e cinco por cento são mulheres em nosso clube. Todas ávidas por conhecer novos lugares. Temos necessidade de deslocamento. Até porque para o idoso a ociosidade, ficar parado em casa, traz depressão. E temos o cuidado de promovermos eventos, viagens, para justamente acabarmos com esse problema de saúde, que traz muito mais gastos que uma viagem. O **Sr. Presidente da Mesa** perguntou: “a Embratur pagava a passagem de quem?”. A **Sra. Genilda Cordeiro Barone (ABCMI Nacional)** respondeu: “dos Presidentes das associações para nos reciclarem. Pagava também dos coordenadores técnicos. O **Sr. Presidente da Mesa** perguntou se a ABCMI não estava conseguindo fazer o convênio com o Ministério. A **Sra. Genilda Cordeiro Barone (ABCMI Nacional)** respondeu que ainda não, porque não conseguia falar com o Ministro e essa era a primeira vez. O **Sr. Presidente da Mesa** comentou que em todos os lugares que ia o pessoal da Melhor Idade o recebia com uma camiseta e conversavam. Disse não estar tendo sorte com a Conselheira. Pediu ao Secretário Milton Zuanazzi que recebesse a Conselheira porque essa área é com ele. A **Sra. Genilda Cordeiro Barone (ABCMI Nacional)** disse que já tem dois eventos garantidos. O **Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo)** disse que o MTur continuava apoiando os eventos da ABCMI Nacional e que não estão fazendo convênios com a ABCMI por problemas da ABCMI e não do MTur. O **Sr. Presidente da Mesa** disse que a Conselheira deveria marcar uma audiência com o Sr. Milton Zuanazzi para tratarem dos assuntos e verem o que é possível resolver. Passou a palavra para o Conselheiro **Sr. Alex Romera (Ministério da Defesa)** ressaltando que ele era a pessoa dentro do Governo que mais entendia da questão da aviação no Brasil. O **Sr. Alex Castaldi Romera (Ministério da Defesa)** agradeceu. Informou aos Conselheiros que o Ministério do Turismo faz parte do Conselho de Aviação Civil, órgão responsável por estabelecer as políticas públicas de aviação civil no país. Portanto, as demandas encaminhadas ao Ministro do Turismo, mais que um canal de comunicação é uma porta para estabelecimento de políticas na medida que o Ministro do Turismo faz parte do Conselho. Elogiou a Sra. Maria Luísa Leal pois teve a oportunidade de participar do grupo de Certificação coordenada por ela e ficou impressionado. Sobre a proposta da entrada da ABETAR-Associação das Empresas de Transporte Aéreo Regional neste Conselho manifestou o integral apoio por parte do Ministério da Defesa, que firmou uma parceria com a ABETAR, EMBRAER e o Ministério do Turismo, no sentido mais amplo, o Comando da Aeronáutica e o IAC-Instituto de Aviação Civil, onde estão fazendo um estudo no valor de duzentos e dez mil dólares com participação de 33% de cada um desses três principais (EMBRAER, Ministério do Turismo e Ministério da Defesa) para levantar o potencial de fluxo aéreo entre pares de cidades no Brasil e na América do Sul. Falou sobre o convênio nessa reunião, pois a interiorização do turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo precisa de dados concretos se não iremos para a fase do romantismo. Informou que verificarão o potencial de tráfego entre essas cidades e isso será extremamente importante para direcionar os esforços em termos de interiorização do turismo. Para conhecimento dos Conselheiros informou que, paralelo a esse projeto temos o projeto de suplementação tarifária que conta com o apoio do Ministério do Turismo, da Abetar e do Ministério da Defesa que estava em fase final de aprovação na Comissão de Aviação e Transportes. Comentou que se soubermos qual o potencial e tivermos o instrumento, que é o segundo projeto mencionado, poderemos viabilizar ligações aéreas que hoje não existem e daremos um apoio efetivo à interiorização do turismo. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e disse que a Sra. Maria Luisa queria bancar parte desse estudo. Solicitou ao Sr. Milton Zuanazzi que assumisse a presidência da Mesa e colocasse em votação o pedido de ingresso das entidades pois se ausentaria por poucos minutos. O **Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo)** informou que estava na pauta do Conselho o pedido de ingresso de mais três entidades nacionais. Disse que foi feita uma pesquisa e todas as entidades solicitantes possuem Ata de fundação, sede e os instrumentos que o Regimento Interno prevê. A primeira delas é a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura, uma associação recente. Participamos da sua fundação em São Paulo. Já está com cento e oitenta empresas associadas. O **Sr. Delfin da Costa Almeida (SNEA)** manifestou-se favorável à entrada da Abetar. Destacou que para voltarmos a ter mais de quatrocentas cidades com serviço aéreo

regional é fundamental que o turismo regional seja estimulado. Registrou que não está definido no Código Brasileiro da Aeronáutica o que é transporte aéreo regional. Isso já esteve no passado por meio de portaria do hoje Comando da Aeronáutica, mas atualmente requer uma legislação específica. Já tivemos a oportunidade de manifestar isso para o comandante da aeronáutica, que também é a favor, mas alguma coisa ainda precisa ser feita nesse sentido. Para que essas empresas possam ter as suas necessidades atendidas e realmente decolarem precisa uma Legislação dando cobertura, como já tivemos na década de 70, onde tinham nichos de mercado protegidos contra outras empresas que aparecessem e podiam ter linha de crédito especial para a aquisição de aeronaves de pequeno porte. Na época isso foi um grande implemento que a Embraer teve porque conseguiu uma gama de clientes novos no mercado. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo)** agradeceu e deu continuidade colocando em votação a entrada das entidades ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura, ABETAR – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Regional, ABRACAMPING – Associação Brasileira de Campismo no Conselho. Colocou em votação. Considerou aprovada a entrada das três entidades. Passou a palavra ao Sr. Rogério Oliveira de Castro Vieira (Ministério da Integração Nacional) que preferiu aguardar a volta do Ministro já que tinha uma determinação ministerial que deveria transmitir a ele. O Sr. Milton Zuanazzi continuou e comentou a colocação do Conselheiro José Zuquim. Disse que o problema da responsabilidade solidária, um instrumento do Código de Defesa do Consumidor, que as agências têm reclamado porque são co-responsáveis por qualquer problema nos vôos, seja atraso, o cliente entra com uma ação contra a agência. Disse que existia um Projeto de Lei no Congresso Nacional do Deputado Alex Canzianni de 2000 tentando derrubar a responsabilidade solidária. O processo está parado há quatro anos porque os instrumentos de defesa do consumidor têm na questão da co-responsabilidade solidária uma cláusula que consideram a essência do código. Essa é uma Lei de diretrizes, portanto, são estruturantes, mesmo não sendo constitucionais, estão dentro de um instrumento constitucional. O Ministério da Justiça e nenhuma entidade de defesa do consumidor abre mão dessa questão. E ela emperrou a votação desse projeto de maneira absoluta. Nos debates com o Ministério da Justiça, especialmente com a área de Defesa do Consumidor demos a idéia de construirmos, do ponto de vista do Código de Defesa do Consumidor, Câmaras de Conciliação que retirariam das agências a responsabilidade, por exemplo, de um atraso de um vôo. Comentou que especialmente a ABAV e a BRAZTOA sempre comentam que dessa forma o consumidor não entra no Procon, mas entra na justiça comum e o processo segue igual contra a agência e o operador. O Ministério da Justiça diz que podemos acordar por meio de uma junta de conciliação esse acerto o que o empreendedor, o agente, e o operador informará a justiça comum. Disse temer que se insistirem nesse ponto na Lei Geral do Turismo, talvez levem muito tempo para concluí-la. O Ministério da Justiça avançou conosco nesse aspecto. Estabelecemos uma Câmara de Conciliação e ali tiramos essa responsabilidade, especialmente aérea, que é a queixa principal: a questão da co-responsabilidade do ponto de vista aéreo. Inclusive as agências operadoras nem reclamam quando têm responsabilidade em relação ao hotel ou outras áreas da cadeia produtiva. Mas na questão aérea alegam não terem nenhuma possibilidade de garantirem nada porque simplesmente os aviões têm os seus devidos controles. Nesse aspecto, em particular, temos um problema a ser enfrentado de maneira que do ponto de vista das entidades, do Ministério da Justiça, dos Procons, do Ministério Público, que cuida da área de cidadania e defesa do consumidor, o ponto de vista desses instrumentos a co-responsabilidade solidária é “imexível” para eles porque é o fim do código. No dia 10 debateremos isso para tomarmos uma posição. O Ministério é favorável às operadoras das agências. Acharmos que eles não podiam ter essa co-responsabilidade, mas isso está intrincado em um outro procedimento que mexerá no código como um todo. O Ministro retornou e ocupou a Presidência da Mesa. **O Sr. Guilherme Paulus (Indicação do Presidente da República)** cumprimentou a todos. Informou que a CVC estava há trinta e dois anos no mercado e transportou sete milhões de passageiros. Disse que a CVC atua em três países e em vinte e três estados brasileiros. No Brasil com noventa e seis pontos de venda. Na Argentina com dois pontos de vendas e nos Estados Unidos com um ponto de venda em Miami. Temos noventa e seis lojas, vinte e uma frotas, setenta e cinco com representantes exclusivos, cinquenta e

uma lojas em shoppings e mais de sete mil agências de viagens são responsáveis pela distribuição desse número de passageiros que conseguimos atingir. Na área de recursos temos oitocentos funcionários diretos e mil e oitocentos funcionários e representantes exclusivos. Todos com crachá e uniforme CVC. Na tecnologia temos dois mil e seiscentos terminais *on line, real time*. Na mídia impressa, são duzentos mil centímetros/ano que equivalem a duas páginas dias. Três anos consecutivos fomos eleitos pelos leitores da Revista Viagem e Turismo da Editora Abril, (2001, 2003 e 2004) como melhor operadora turística brasileira. Parabenizou o trabalho realizado por todo o Ministério e disse acreditar que temos um turismo e temos metas. Informou que na CVC sempre existiram metas por isso conseguiram atingir os números que buscavam: até 30 de Novembro de 2004 foram um milhão, vinte e nove mil, trezentos e setenta e nove passageiros. (Palmas.) Pacotes aéreos foram três mil setecentos e oitenta vôos fretados. Quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e um passageiros em fretamentos. Cento e oitenta e três mil, seiscentos e cinqüenta passageiros em pacotes individuais, pacotes formatados com um mínimo de duas noites em hotel, passagem aérea, serviço de alimentação. Pacote rodoviário: quatro mil e oitocentos ônibus fretados. Quase duzentos mil passageiros transportados. Os pacotes internacionais, passageiros que saíram da CVC do Brasil para fora formam cinqüenta e nove mil, novecentos e quarenta e um. Sendo que a América do Sul dominou com trinta e três mil; a Europa com doze mil; os Estados Unidos com sete mil; o Caribe com seis mil e a África do Sul com vinte e sete. Nos Cruzeiros marítimos a CVC foi a primeira operadora brasileira a fretar navios no exterior e trazer para o Brasil. Este ano, temos uma oferta de vinte e cinco mil passageiros e já realizamos vinte e um mil, trezentos e vinte e quatro passageiros. E com uma grande novidade: o Pacific continuará no Nordeste até o final de abril. Estará no carnaval e estamos estendendo a temporada até o final de abril, quando começará a nova temporada da Europa no Mediterrâneo. Número de passageiros por Estado. Fiz o ranking das dez primeiras cidades onde a CVC mais vende em volume por Estado. A Bahia está em primeiro lugar. Temos uma representatividade muito grande: vinte e dois por cento da venda total dos passageiros da CVC foram para Bahia. Em segundo, o Ceará. Em terceiro, Rio Grande do Norte. Quarto, Pernambuco. Quinto, Alagoas. Sexto, Rio Grande do Sul. Sétimo, Paraná. Oitavo, Rio de Janeiro. Nono, Santa Catarina e São Paulo. Uma posição muito agradável, que cresceu muito nesses últimos três meses, foi o Distrito Federal em uma campanha que fizemos (Palmas). Parabenizou o Ministro. Agradeceu. **O Sr. Presidente da Mesa (Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo)** agradeceu e cumprimentou o Conselheiro Guilherme Paulus Comentou que havia prometido que assim que o primeiro empresário brasileiro que faturasse um bilhão de reais no turismo beberia junto com ele uma garrafa de champanhe cristal como reconhecimento pelo êxito. **O Sr. Rogério de Oliveira de Castro Vieira (Ministério da Integração Nacional)** cumprimentou a todos e disse que o Ministro Ciro Gomes determinou que ele, de público demonstrasse todo o respeito que tem pelo trabalho que o Ministro Walfrido Mares Guia está desenvolvendo à frente da pasta do turismo. Informou que a questão do turismo está tomando um papel importante dentro da colocação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disse que a fundação de uma Câmara de Política, Desenvolvimento Regional no âmbito da Presidência da República coordenado pela Casa Civil e que engloba vinte e dois Ministérios na busca de uma integração de ações de médio, curto e longo prazo para que possamos reverter ordenadamente e transversalmente algumas situações para o desenvolvimento regional, traz a discussão do turismo em algumas sub-regiões brasileiras, em que temos de deixar claro algumas parcerias êxitosas que estamos realizando. Por exemplo, ano que vem realizaremos cinco Planos Sub-Regionais em áreas determinadas como Meso Regiões Diferenciadas em que o papel do Plano de Turismo é significativo. Já iniciamos inclusive o mapeamento conjunto entre os dois Ministérios para que possamos atuar nessas áreas em respeito ao plano de turismo e às políticas de desenvolvimento regional, onde passa, e aí é o papel da Câmara de Políticas Regionais, por uma questão extremamente importante: a necessidade de resolver diversos fatores importantes para o turismo dentre outras atividades em desenvolvimento econômico nessas regiões. A questão de Planos Diretores no âmbito do Ministério da Cidade, a questão de uma Política de Saúde, a questão de uma Política Sanitária, a própria Política Ambiental, a questão de infra-estrutura, dentre outras coisas, são extremamente necessárias para o desenvolvimento do turismo competitivo. Por

último gostaria de dizer da ação no que diz respeito aos nossos parceiros junto ao Banco do Brasil, BNDES, BASA para que a utilização de recursos como dos Fundos Constitucionais, cuja orientação de diretrizes é uma obrigação conjunta do Ministério da Integração e dessas entidades para que possamos fortalecer o setor turístico. Agradeceu. O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e pediu ao Conselheiro que levasse ao Ministro Ciro Gomes o seu abraço e o agradecimento pelo apoio incontestável. Disse que quando lançou o Plano, o Ministro Ciro Gomes informou que doze por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais estão disponíveis para o turismo. Portanto, o FCO está a cargo do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e o FNE à cargo do BASA. Temos uma expectativa de que esse movimento seja crescente. O **Sr. Rogério de Oliveira de Castro Vieira (Ministério da Integração Nacional)** informou que o MIN estava apoiando diretamente iniciativas em algumas sub-regiões, como é a região das Missões, onde acabaram de firmar convênio com vinte e um municípios daquela área para fazer toda a parte de Sinalização Turística em apoio ao Plano do Mtur. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRAJET)** falou sobre sua preocupação em relação à questão da continuidade do serviço público principalmente nas gestões governamentais. Disse que aconteceu a mudança de Governo e a campanha de combate ao turismo sexual lançada no Governo passado inseria o número 0800 alvo de peças permanentes que foram “adesivadas” em hotéis, apartamentos, em locais públicos que estimulavam a população a denunciar. Uma campanha inclusive foi premiada até em Cannes. Com a mudança e a criação da Secretaria de Direitos Humanos o 0800 acabou sendo desativado. Ficamos com essas peças permanentes distribuídas em toda rede hoteleira e restaurantes, lugares públicos, principalmente no Nordeste e quem ligava não tinha nenhum contato. Essa é uma preocupação consistente e agora temos um novo 0800. Sugeriu que tivéssemos mecanismos que evitassem a falta de continuidade porque isso acaba gerando despesas públicas. Em relação a campanha de fim social, não pode ser limitada à publicidade paga. Tem de haver um envolvimento e responsabilidade social dos editores e dos proprietários de veículos para que cedam espaços para que essa campanha ganhe corpo. Na área de turismo a ABRAJET pode coordenar um pedido formal para que os veículos especializados em vez de utilizarem calhais, quando não tiverem publicidade utilizem uma campanha efetiva para multiplicar esse esforço. Poderíamos fazer a gestão e o Ministério com a ANJ, Associação Nacional de Jornais, para que isso seja estendido, a exemplo do que a própria Rede Globo já faz com filmes e campanhas comunitárias. Expressou a sua preocupação com a falta de transparência do noticiário envolvendo uma possível intervenção na VARIG, já que o mesmo tem assustado o mercado e por estar ocorrendo no início da alta estação e ter como fonte o próprio governo federal. Elogiou o trabalho da Sra. Marta Feitosa como coordenadora do Conselho (Aplausos). Agradeceu. O **Sr. Armando Arruda Pereira Campos Melo (UBRAFE)** informa que as Feiras de Negócios representam a economia viva do país, e sempre crescem acima do PIB, com expectativa de novos negócios. A UBRAFE informa ainda, que em conjunto com o Ministério do Turismo e Embratur, editou 15.000 exemplares do Calendário UBRAFE 2005 – Principais Feiras de Negócios do Brasil, distribuído pela primeira vez a todos os Municípios Brasileiros, ao Exterior, nos eventos oficiais da Embratur/Ministério do Turismo e com o Ministério de Relações Exteriores, através dos Secom's. Também pela primeira vez, um caderno especial da Embratur, apresentou a diversidade de opções, e um caderno especial da Federação Brasileira dos Conventions & Visitors Bureau, que apresentou 34 destinos brasileiros. O objetivo é aumentar as informações para que permitam ao turista de negócios, permanecer mais tempo no Brasil, de forma planejada. Agradecemos ainda o esforço do Secretário no assunto PIS / COFINS, em fase final do Termo Aditivo entre o Ministério da Fazenda e Turismo. Informou que a marca Brasil será a capa do Calendário Ubrafe 2006 – Principais Feiras de Negócios do Brasil. Destacou que caso se efetive a venda das pulseiras em prol da campanha de conscientização do Turismo Sustentável e Infância, serão disponibilizados locais para vendas das mesmas em Feiras dos associados da Ubrafe. Informou que o crescimento do setor de Feiras acompanhou em 2004 o crescimento do PIB, ou seja 5% . Os 2% referidos pelo Sr. Ministro refere-se aos eventos em geral, não considerando as Feiras de Negócios. No que diz respeito ao rateio de verbas, propomos que para o próximo ano, na região sudeste, também seja considerada a importância que estes estados tem na captação, realização e promoção de feiras de negócios internacionais, em torno de 150 feiras, trazendo 35 mil empresas expositoras, 5.800.000 visitantes e

2.300.000 m2 em área locada, o que demandaria de um aporte e suporte no que diz respeito a verba de promoção nacional e internacional. Destacou o excelente trabalho o EBT Frankfurt e disse que os outros poderiam constituir-se no mesmo modelo, ou seja, numa casa de intercambio bilateral (Câmara Brasil-Alemanha). A Srta. Karin Luize de Carvalho teve conosco importante reunião com o Sr. Peter Thomaschewski *Area Manager Europe* – Messe Frankfurt GmbH e Sr. Detlef Braun *Member of the Board of Management* - Messe Frankfurt GmbH, o que trará facilidade no desenvolvimento das ações promocionais brasileiras, junto daquele importante centro comercial e financeiro Europeu. O **Sr. Presidente da Mesa**, antes de encerrar a reunião, respondeu ao Sr. Noslin de Paula (ABBTUR) sobre o seu questionamento feito anteriormente informando que conseguiu a autorização, junto ao Ministro Guido Mantega, para a realização do concurso ainda em 2005 e que abriria em torno de 200 vagas. Agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Eu, Secretário-Executivo, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o Senhor Presidente da Sessão, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares.

WALFRIDO DOS MARES GUIA

Presidente

MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI

Secretário-Executivo



MINISTÉRIO DO TURISMO
Conselho Nacional de Turismo

Destaque do Conselheiro Mário Beni na 7ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo realizada em Salvador/BA – 02/12/04.

O Turismo no Brasil reforçou decididamente, pela ação do MTur, nesses dois anos, a necessária visão sistêmica holística e de pensamento estratégico.

O MTur está correto no desenvolvimento das estratégias de planejamento, utilizando tecnologia avançada, gestão logística para definir um cenário competitivo considerando, novas tendências dos mercados nacional e internacional (destaca-se a auspiciosa notícia da conquista do ADS China).

Trabalha as variáveis que entram na escala de produção do Turismo para traçar cenários futuros, desenvolvendo ação interativa e participativa representando um esforço ponderável na construção de um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável – possibilitando superar paulatinamente a reprodução da pobreza, da exclusão social provocadas pelo aumento das desigualdades da internacionalização da economia, da incontrolada competitividade e do esgotamento das verbas públicas.

O Programa de Regionalização do Turismo poderá propiciar um sistema microrregional competitivo que se relacionará e interagirá de forma articulada e aberta no sistema de turismo. Creio que com essa nova lógica teremos: empresas desverticalizadas e região verticalizada.

Essa sinergia que é ajudada por mecanismos de integração de 1º grau que se configuram como consórcios de municípios e empresas, cadeias de fornecedores e todas as formas de cooperação entre iniciativa privada e o poder público. Nos mecanismos de integração de 2º grau teríamos as Associações Empresariais – ABIH, ABAV entre outras que integram o *trade*, proativas – Cooperativas de Crédito ou instituições de garantia de crédito.

Para então, chegarmos aos mecanismos de 3º grau que serão criados por todos os atores sociais e agentes institucionais interessados no desenvolvimento da região, instituições do 3º setor, Bancos, Agências de Desenvolvimento e Universidades.

Nessa integração de 3º grau é possível pensar-se num observatório de desenvolvimento regional mediado por um centro de excelência multi e interdisciplinar que inexoravelmente nos remete à Universidade.

Esses três cenários na ponta do Programa de Regionalização quer nos parecer, está se revelando indeciso e lento nas parcerias necessárias, portanto não acompanhando o ritmo do MTur. É aí que entra o papel decisivo do Fórum Nacional dos Secretários de Turismo como catalisador e mediador em nível local.